

O ENSINO INCLUSIVO NO CONTEXTO DO ENSINO REMOTO: UM ESTUDO DE CASO

Linda Carter Souza da Silva – SEEC/RN¹

Eixo Temático 2: Propostas Curriculares e Práticas Pedagógicas

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo refletir as práticas pedagógicas de professores dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental considerando o Ensino Inclusivo voltado a estudantes público-alvo da Educação Especial/Inclusiva no contexto do Ensino Remoto. Assim, surge a seguinte questão problema: As práticas pedagógicas de professores dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental considerando o ensino remoto contemplam o ensino inclusivo voltado a estudantes público-alvo da Educação Especial/Inclusiva? A pesquisa apresenta-se por meio de uma abordagem qualitativa e quantitativa sob o método de um Estudo de Caso (STAKE, 2010). A empiria se dá em uma escola da Rede Estadual de Ensino no município de Mossoró/RN. Os dados foram coletados por meio de questionário através de perguntas abertas e fechadas (MARCONI & LAKATOS, 2002). Os resultados alcançados evidenciam a terceirização do ensino inclusivo durante o ensino remoto, contribuindo assim, para delegar as práticas pedagógicas dos professores de sala regular aos professores do Atendimento Educacional Especializado.

Palavras-chaves: Ensino Inclusivo. Ensino Remoto. Educação Especial.

1 INTRODUÇÃO

Refletir sobre Educação é pensar sobre a dinâmica da vida cotidiana. Educar é orientar sujeitos com o intuito de oportunizar vivências éticas, morais, culturais e sociais a partir do lugar em que se encontram, sendo, uma forma de se afirmar no e com o mundo.

Diante disso, surge a necessidade de compreender como as pessoas com deficiência estão ocupando seus lugares e como a educação tem contribuído para o desenvolvimento dessa afirmação enquanto caminho viável às práticas

¹ Mestre em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Email: lindacarterlinda@hotmail.com

inclusivas. Tal reflexão, tem por ponto de partida o contexto da Pandemia do novo Coronavírus (COVID-19) ocorrida no ano de 2020.

Com a reconfiguração do ensino nas escolas públicas e particulares do Brasil é fundamental dialogar sobre como tem ocorrido as práticas pedagógicas dos professores, os quais, optaram por adotar o ensino remoto enquanto alternativa de continuidade do Ano Letivo de 2020. Para fins desse artigo, tomamos a escola pública por lócus de pesquisa. Optamos por analisar o contexto das aulas remotas atreladas à inclusão de estudantes com deficiência por compreender os desafios inerentes a uma proposta de ensino remoto inclusivo na escola pública.

O ensino remoto apresenta-se como alternativa substitutiva as aulas presenciais. Conforme o Garcia, Morais, Zaros & Rêgo (2020, p. 3): “Ensinar remotamente permite o compartilhamento de conteúdos escolares em aulas organizadas por meio de perfis [ambientes controlados por login e senha] criados em plataformas de ensino (...) aplicativos como Hangouts, Meet, Zoom ou redes sociais.”

A pesquisa justifica-se por nossa atuação na escola pública junto ao público-alvo da Educação Especial, como também, pela busca em compreender a reconfiguração do ensino advinda do contexto pandêmico. Logo, buscamos uma escola que atendesse aos critérios pré-estabelecidos com o intuito de entender a atualidade. Primeiro, é necessário que a escola tenha alunos público-alvo da Educação Especial. Outro critério fundamental é que os professores estejam trabalhando com o ensino remoto junto as turmas, as quais, esses alunos são parte.

O estudo está fundamentado por premissas teóricas de estudiosos como: Brasil (1988), Karagiannis, Stainback & Stainback (1999), Alves (2009), Freire (2011), Garcia, Morais, Zaros & Rêgo (2020), entre outros.

Nesse contexto, buscamos em um primeiro momento definir a diferença entre Educação a Distância (EAD) e Ensino Remoto, para que assim, o entendimento e as particularidades que as constituem estejam em acordo com o objetivo do estudo. Em seguida, contextualizar o lócus da pesquisa e analisar as colocações dos professores através da análise dos dados obtidos por meio

do questionário na busca por compreender o lugar do ensino inclusivo no contexto do ensino remoto em tempos de pandemia.

Portanto, pretendemos contribuir com a discussão no campo da Educação Inclusiva em uma época em que uma Pandemia trouxe ao mundo um novo olhar sobre a vida.

2 MÉTODO

Para o desenvolvimento do estudo, adotamos a abordagem qualitativa e quantitativa sob o método de um Estudo de Caso (STAKE, 2010). Os dados foram coletados por meio de um questionário com uma questão aberta e cinco questões fechadas (MARCONI & LAKATOS, 2002) tendo por participantes treze professores atuantes no Ensino Fundamental – Anos Iniciais e Finais da instituição de ensino, se materializando através da plataforma Google Formulário. As questões referiam-se ao entendimento e planejamento do ensino remoto e as possíveis adaptações, ou não, de conteúdos para os estudantes com deficiência.

3 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA E ENSINO REMOTO

A Educação assume diferentes lugares em suas propostas de Ensino no contexto atual. Dentre elas, A Educação a Distância (EAD) se apresenta como alternativa consolidada em um cenário de vida dinâmica e tempo escasso. A EAD tem por base a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu artigo 80 regulamentado pelo Decreto Nº 9.057 que considera:

[...] educação a distância a modalidade educacional na qual a mediação didático-pedagógica nos processos de ensino e aprendizagem ocorra com a utilização de meios e tecnologias de informação e comunicação, com pessoal qualificado, com políticas de acesso, com acompanhamento e avaliação compatíveis, entre outros, e desenvolva atividades educativas por estudantes e profissionais da educação que estejam em lugares e tempos diversos.

A definição acima, reitera a possibilidade de uma educação em lugares e tempos diferentes, porém, concomitantes e através de pessoas que compõem um todo e estão interligadas por meio de tecnologias diversas. Sob essa égide a EAD vem expandido seus polos, abrangendo cursos e outras modalidades de ensino, ocupando lugares e se consolidando no cenário da educação atual.

O avanço da proposta de EAD tem por base um nascedouro em práticas educacionais que acontecem através de diversos meios de comunicação tais como: correio, rádio e televisão. Hoje, o principal meio de planejamento, execução e monitoramento das práticas em EAD é a internet.

Segundo Alves (2009) as primeiras experiências com EAD acontecem por meio de cursos profissionalizantes de datilografia oferecidos por correspondência através de professores particulares ainda por volta de 1900. Já as iniciativas educacionais por meio do rádio se iniciam em meados de 1923 através da Rádio Sociedade. Um projeto de destaque que tem sua fundamentação por meio do Ministério da Educação e Cultura e se utiliza da transmissão radiofônica é o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL).

Conforme a Lei 5.379/67 em seu artigo 11, define: “os serviços de rádio, televisão e cinema educativos, no que concerne a alfabetização funcional e educação continuada de adolescentes e adultos constituirão um sistema geral integrado ao Plano de Alfabetização Funcional e Educação Continuada de Adolescentes e Adultos.” Isto é, o sistema de rádio é parte dos recursos técnicos utilizados na mobilização e execução do MOBRAL.

Com o advento da televisão entre as décadas de 1960 e 1970 cresce o incentivo através da publicação do Código Brasileiro de Telecomunicação à transmissão de programas com finalidades educacionais, levando assim, a implementação de canais próprios por parte das universidades e fundações. Nesse período, surge o Telecurso de segundo grau através de uma parceria entre a Rede Globo de Televisão e a TV Cultura, a partir daí, muitos alunos receberiam certificação através do poder público (ALVES, 2009; GUAREZI; MATOS, 2012).

Apenas no início da década de 80 surge um ensaio de EAD através da Universidade de Brasília (UNB). Por meio do método de ensino da Open University os cursos de 1º Grau são implementados, surgindo assim, o Telecurso de 1º Grau, novamente, em parceria com a Rede Globo de Televisão. Em âmbito acadêmico, já na década de 90 a Universidade Federal do Mato Grosso (UFMT) destaca-se por apresentar o primeiro Núcleo de Educação Aberta e a Distância. Alves (2009) aponta duas universidades que se

sobressaem, a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), responsável por implantar no país cursos a distância de graduação e a Universidade Federal de Pelotas (UFP), que, recebeu pelo Conselho Nacional de Educação (CNE) o primeiro parecer de credenciamento oficial.

Os anos 2000 trazem consigo o surgimento do consórcio da Rede de Educação Superior a Distância. Tal rede tem por objetivo dissipar o acesso à Educação por meio da EAD. Com o investimento maciço em políticas educacionais durante os governos Lula (2002-2010) e Dilma (2010-2016) a ascensão de programas voltados a Formação Inicial e Continuada de profissionais da Educação desponta na democratização da Universidade. Contribuindo assim, na criação da Universidade Aberta do Brasil (UAB), a qual, tem em sua base universidades públicas cadastradas e que funcionam como polo de atuação.

De acordo com o Censo EAD.BR (2018) a quantidade de cursos oferecidos totalmente a distância entre os anos de 2017 e 2018 foi de 16.750, esse número traz intrínseco o aumento dos Cursos de Pós graduação *Lato Sensu*, o que revela a consolidação da modalidade no âmbito acadêmico. Despontando assim, a dissociação primária da EAD a formação em nível do Ensino Fundamental e Médio.

Dito isso, vale ressaltar a importância da EAD no contexto da atualidade. É através dessa modalidade que a democratização do Ensino Superior tem alcançando diferentes grupos sociais e se concretizado enquanto alternativa de formação inicial e continuada.

Como contra proposta, surge um novo modelo de ensino mediante a situação de Pandemia que o mundo vivencia na atualidade. Não se trata de adaptar a EAD enquanto caminho viável para o exercício de uma educação não presencial, mas de compreender as peculiaridades dos tempos e da escola atual. Garcia, Morais, Zaros & Rêgo (2020, p. 5) afirmam:

[...] ensinar remotamente não é sinônimo de ensinar a distância, considerando esta última uma modalidade que tem uma concepção teórico-metodológica própria e é desenvolvida em um ambiente virtual de aprendizagem, com material didático-pedagógico específico e apoio de tutores.

Desse modo, fica evidente a singularidade do ensino remoto enquanto proposta emergencial que se apresenta como desafiadora mediante a

organização das escolas de Educação Básica do nosso país. Nunca na história do Brasil foi necessário fechar instituições de ensino e propor escolarização em um contexto de isolamento social. Reconfigura-se assim, o lugar da escola, dos seus profissionais e as relações que nela se estabelecem em consonância com o papel dos pais mediante a escolarização dos seus filhos, tendo ainda, o uso das tecnologias como mediador dessa relação.

É fundamental perceber a complexidade do ensino remoto enquanto modelo que além de envolver pessoas e as relações que se estabelecem entre elas, também apresenta questões mais amplas como acesso as tecnologias e, conseqüentemente, distribuição de renda e desigualdade social. O que caracteriza, um viés excludente.

A literatura atual, apresenta poucos artigos científicos que tratam do Ensino Remoto enquanto alternativa educacional, o que traz a relevância desse estudo enquanto contribuição no campo acadêmico e educacional.

Nesse contexto, é preciso analisar o Ensino Remoto voltado a uma parcela da população historicamente marginalizada, as pessoas com deficiência. Professores e professoras do país têm reinventado suas práticas pedagógicas a partir da Pandemia. Gravar aulas, utilizar aplicativos e redes sociais para fins educacionais, atendimento online, planejamento e avaliação sob outra ótica tem se tornado uma constante nas práticas de ensino desses profissionais. A docência mediante o ensino remoto tem se reconfigurado. Diante disso, nos questionamos: As práticas pedagógicas de professores dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental considerando o ensino remoto contemplam o ensino inclusivo voltado a estudantes público-alvo da Educação Especial/Inclusiva?

É sob esse viés que ancoramos nossas reflexões, pensar a escola atual, as práticas pedagógicas dos professores e o lugar das pessoas com deficiência durante um contexto de pandemia mundial é salutar na compreensão do ensino remoto enquanto alcançável (ou não) a todos e todas.

4 ENSINO REMOTO E ENSINO INCLUSIVO NA ESCOLA: OPOSTOS OU DIALÓGICOS?

Historicamente, pessoas com deficiência tiveram seus direitos fundamentais negados nas mais diferentes esferas sociais, culturais, educacionais e políticas. Ser pessoas com deficiência até meados dos anos 70 era sinônimo de segregação e isolamento social. Seja de cunho assistencialista ou educacional, esse grupo viveu durante um longo período, apenas com aqueles considerados seus pares. Uma outra roupagem para o que se caracteriza enquanto isolamento nos moldes atuais, sendo seletivo e excludente.

A partir dos anos 80 e atrelado aos movimentos sociais populares que lutavam pelo fim da ditadura e ascensão de uma democracia em nosso país, o movimento de luta pelos direitos das pessoas com deficiência ganha visibilidade se fortalecendo mediante as situações de opressão e exclusão social, garantindo voz e vez àqueles que estiveram à margem da sociedade. A constituição Federal (1988) além de marcar a abertura de um processo de redemocratização do país, em seu artigo 208, inciso III garante o: “atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino.” Fator preponderante para o movimento de inclusão que se dá a partir dos anos 90.

Para esse estudo, partiremos do conceito de ensino inclusivo, que se caracteriza, como: “[...] a prática da inclusão de todos - independentemente do seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural - em escolas e sala de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são satisfeitas.” (KARAGIANNIS, STAINBACK & STAINBACK, 1999, p. 21)

Nos propomos a analisar o processo de inclusão educacional de alunos com deficiência a partir das práticas pedagógicas dos seus professores em tempos em que o ensino remoto é uma realidade. A escola, campo empírico do nosso estudo é parte da rede estadual de ensino e está localizada na cidade de Mossoró/RN, atende do 1º ao 9º ano do Ensino Fundamental, funcionando nos turnos matutino e vespertino. A instituição de ensino adota o Ensino Remoto como alternativa pedagógica de continuidade do ano letivo corrente, optando por desenvolver suas atividades de forma assíncrona, ou seja, sem a

necessidade de todos estarem conectados ao mesmo tempo. (GARCIA, MORAIS, ZAROS & RÊGO, 2020). Mais adiante, analisaremos as ferramentas utilizadas para o desenvolvimento dessa proposta de ensino na instituição.

No ano de 2020, a escola possui vinte e um alunos com algum tipo de deficiência. Sendo elas, Deficiência Intelectual, Transtorno do Espectro Autista, Deficiência Auditiva e Baixa Visão. Desses, sete alunos estão nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e catorze alunos estão nos Anos Finais do Ensino Fundamental.

A instituição conta com uma sala de recursos multifuncionais tipo II, tendo duas professoras atuantes em cada turno. Além de contar com duas professoras de Educação Especial, uma em cada turno, que, acompanham alunos com Transtorno do Espectro Autista em sala de aula regular.

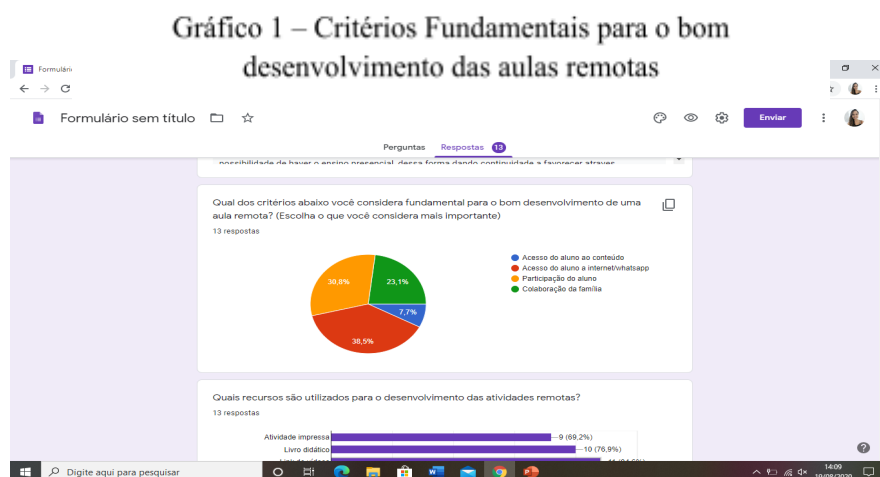
Partindo dessa realidade, retomamos a questão principal: As práticas pedagógicas de professores dos Anos Iniciais e Finais do Ensino Fundamental considerando o ensino remoto contemplam o ensino inclusivo voltado a estudantes público-alvo da Educação Especial/Inclusiva?

Para isso, como citado anteriormente, desenvolvemos um questionário com questões abertas e fechadas através da plataforma Google Formulário que foi enviado via WhatsApp para os professores e professoras participantes da pesquisa. Se propuseram a contribuir com o estudo 13 professores. Desse modo, analisaremos as assertivas referentes ao posicionamento desses docentes a partir das seguintes categorias: Ensino Remoto, Recursos didáticos e Aluno com Deficiência.

Em um primeiro momento, questionamos: O que você entende por ensino remoto? Surgiram respostas, como por exemplo: “Aulas não presenciais com utilização de recursos variados com links de sites e vídeos entre outros.” Também: “aula a distância”, o que associa o ensino remoto a educação a distância, descaracterizando assim, as peculiaridades inerentes a cada uma das práticas, o que se torna um equívoco. Ainda, um dos professores afirma: “uma tentativa de interação não-presencial entre professor-alunos” O que revela a fragilidade do ensino remoto, isso devido a rapidez da implementação

sem as devidas orientações voltadas ao corpo docente, remetendo-se assim ao termo “tentativa”.

Ainda foi colocado o seguinte questionamento: Qual dos critérios abaixo você considera fundamental para o bom desenvolvimento de uma aula remota? Analisemos o gráfico a seguir:



Fonte: Google Formulário, 2020

Grande parte dos professores (38,5%) consideram o acesso do aluno a internet/whatsapp fundamental para o sucesso do ensino remoto. Muito próximo a “participação do aluno” aparece como fator preponderante. Assim como no ensino presencial, no Ensino Remoto é necessário a interação, a troca, as devolutivas, a própria participação enquanto exercício da dialogicidade inerente ao ensinar-aprender, a relação professor-aluno. (FREIRE, 2011). Vale destacar que, a participação da família é fundamental nesse processo, pois, a ausência física dos professores delega a família ações de cunho educativo antes não vivenciadas.

Segundo Costoldi & Polinarski (2009) os recursos didáticos são fundamentais no desenvolvimento cognitivo do aluno e deve possibilitar a aproximação do aluno ao conteúdo ministrado. Sob essa perspectiva e contemplando a segunda categoria de análise questionamos os participantes da pesquisa sobre quais eram os recursos utilizados no desenvolvimento do ensino remoto. Em ordem decrescente surgem os recursos abaixo:

Quadro 1 – Recursos didáticos utilizados pelos professores para o ensino remoto

Recursos didáticos	Percentual de uso
Whatsapp – Atendimento em grupo	92,3%
Link de vídeos	84,6%
Livro Didático	76,9%
Atividade impressa	69,2%
Whatsapp – Atendimento individual	69,2%
Google Meet	61,5%
Class Room	30,8%
Vídeo Chamada	30,8%

Fonte: Autora, 2020

É possível perceber a partir do quantitativo exposto no percentual de uso que a rede social, Whatsapp, se sobressai enquanto alternativa vivável a comunicação entre professores e alunos através dos grupos formados para cada turma. A partir daí, os vídeos, o livro didático e as atividades impressas que foram entregues as famílias em formato de apostila durante o período da pandemia possibilitam a mediação no processo de ensino e a aprendizagem.

Há ainda o atendimento individualizado através do Whatsapp, o que por muitas vezes descaracteriza a ferramenta enquanto educativa, pois, os professores são convidados a qualquer hora do dia estarem exercendo a docência fora do sua carga horária de trabalho. O google meet, o class room e a vídeo chamada são recursos pouco utilizados e isso, é pensado a partir do público atendido pela insituição (Anos Iniciais e Anos Finais).

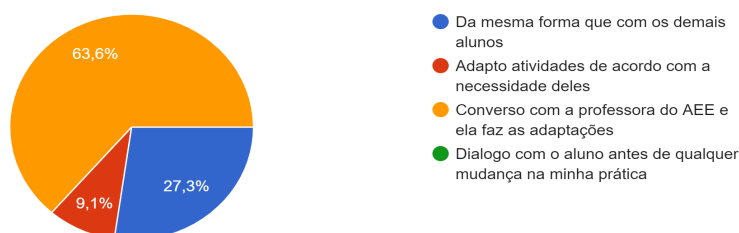
É preponderante considerar que a proposta do Ensino Remoto minimiza os danos da ausência de aulas presenciais provocada pela Pandemia. Porém, muitos estudantes não possuem celulares. Os pais são os representantes nos grupos das turmas, o que leva a baixa participação, seja pela idade ainda inadequada para uso das ferramentas, seja pela impossibilidade financeira de ter acesso a internet. Também, se faz necessário compreender que o uso do

celular para fins educacionais é recente e ainda pouco dissipado no contexto das escolas públicas do nosso país.

A priori, as questões acima se fizeram importantes para entender o ensino remoto no contexto do lócus da pesquisa. Sob essa égide, afinamos os questionamentos no sentido de compreender o lugar da pessoa com deficiência no ensino remoto, contemplando nossa terceira categoria. Para isso, perguntamos: Como você interage com os alunos com deficiência que cursam sua disciplina no ensino remoto? Foram delegadas quatro alternativas de respostas, analisemos através do gráfico abaixo:

Gráfico 2 – Interação dos professores com os alunos com deficiência durante o ensino remoto

Como você interage com os alunos com deficiência que cursam sua disciplina no ensino remoto?
11 respostas



Fonte: Google Formulário, 2020

Fica evidente que, os professores do Ensino Fundamental tem delegado as professoras da sala do AEE a função de adaptação das atividades, o que dificulta o processo de inclusão desses alunos. Visto que, se faz necessário que os professores regentes das salas de aula conheçam as deficiências e as necessidades educacionais dos seus alunos e se tornem protagonistas de suas práticas pedagógicas junto a esse público. Segundo Costa (2015, p. 158): “Os (as) professores não se reconhecem como sujeitos de sua própria prática, por estarem presos a uma formação voltada à adaptação e à reprodução de práticas insuficientes para atender as demandas de aprendizagem de alunos com deficiência.”

Há outro ponto, o qual, se faz necessária a discussão: 27,3% dos professores afirmam que interagem com os alunos com deficiência da mesma forma que os demais. Isso revela a negação da condição de diferença do outro. Quando não

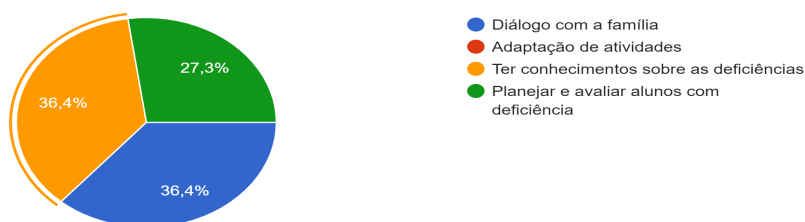
é possível reconhecer as singularidades dos estudantes há um processo de homogeneização e padronização, o que dificulta a consolidação do ensino inclusivo enquanto parte do ensino remoto.

Apenas 9,1% dos professores afirmam fazer as adaptações necessárias ao processo de inclusão dos estudantes com deficiência, o que remete um percentual irrisório mediante a complexidade e legalidade que deve haver na ação inclusiva da escola na atualidade. Nenhum dos professores afirmam dialogar com o estudante antes de qualquer mudança em sua prática, o que nos preocupa no sentido de pensar esses alunos como parte de uma educação dialógica. Conforme Freire (2011, p.109): “O diálogo é este encontro dos homens, mediatizados pelo mundo, para pronunciá-lo, não se esgotando, portanto, na relação eu-tu.”

Por fim, perguntamos: Qual a maior dificuldade encontrada em sua prática pedagógica junto aos alunos com deficiência durante o ensino remoto? Analisemos o gráfico a seguir:

Gráfico 3 – Dificuldade encontrada na prática pedagógica junto aos alunos com deficiência durante o ensino remoto

Qual a maior dificuldade encontrada em sua prática pedagógica junto aos alunos com deficiência durante o ensino remoto?
11 respostas



Fonte: Google Formulário, 2020

O gráfico mostra que 36,4% dos professores afirmam que o diálogo com a família dificulta sua prática pedagógica e isso não apenas em relação aos alunos com deficiência mas também aos alunos sem necessidades educacionais específicas. O mesmo percentual afirma que a ausência de conhecimentos sobre as deficiências é impeditivo para o sucesso de suas práticas pedagógicas no contexto da pandemia. Diante disso, fica evidente a

importância da formação continuada em serviço. A escola precisa assumir um calendário formativo para que esses profissionais possam ter oportunidades de dialogar, compartilhar e construir conhecimentos a cerca da temática das deficiências e o lugar desse público na escola regular.

5 CONCLUSÕES

Pensar sobre ensino inclusivo em tempos de pandemia é desafiador e reflexivo. O ensino inclusivo é uma luta constante no contexto da escola regular, porém reconfigura-se com a proposição do ensino remoto. Esse traz em seu cerne, características inerentes à processos excludentes quando pensamos em grupos historicamente marginalizados seja por suas condições sociais, econômicas e/ou humanas. Por isso, o ensino inclusivo assume maior complexidade.

A escola da atualidade e seus profissionais estão reinventado suas práticas pedagógicas, porém, nosso estudo traz dados que revelam a falta de conhecimento de professores sobre a organização e funcionamento do ensino remoto levando a improvisação ou assumindo-o como EAD. Outro fator preponderante é a importância da família no incentivo e acompanhamento durante as aulas remotas, o que traz as fragilidades da relação família-escola, pois, a ausência dessas ações dificultam o êxito dessa nova alternativa pedagógica, em contraponto, delega aos pais funções que não lhe são próprias.

Isso, também é visto nas dificuldades encontradas por professores quando questionamos sobre suas práticas voltadas aos alunos com deficiência. A ausência do diálogo com a família do estudante com deficiência e a falta de conhecimento sobre essas condições são entraves no bom andamento de um ensino inclusivo. Em contraponto, quando questionados sobre a interação junto a esse público durante as aulas remotas a grande maioria delega as professores da Sala de Recursos Multifuncionais (SRM) a tarefa de adaptar as atividades, ou seja, não interagem, não questionam o/a estudante ou padronizam as atividades.

Por fim, concluímos que as práticas pedagógicas desses professores durante o ensino remoto não atendem a proposta do ensino inclusivo. Ainda, ressaltamos a importância de compartilhar reflexões inerentes a um período de desafios pedagógicos, mas também, que necessita ser visto como um período de aprendizado e reconhecimento das diferenças onde o acesso ao ensino deve ser democratizado e inclusivo.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. R. M. A história da EAD no Brasil. IN: LITTO, Frederic. M.; FORMIGA, M. (orgs). Educação a distância: o estado da arte. São Paulo: Pearson Education, v. 1, 2009, p.9-13.
- BRASIL. Lei 5.379 de 15 de dezembro de 1967. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-5379-15-dezembro-1967-359071-norma-actualizada-pl.pdf>. Acesso em: 19 Ago 2020.
- _____. SENADO Federal. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.
- _____. Decreto 9.057 de 25 de Maio de 2017. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/2017/decreto-9057-25-maio-2017-784941-publicacaooriginal-152832-pe.html>. Acesso em: 22 Ago 2020.
- Censo EAD.BR. Relatório Analítico da Aprendizagem a Distância no Brasil 2018. Curitiba: InterSaberes, 2019. Disponível em: http://www.abed.org.br/site/pt/midioteca/censo_ead/1644/2019/10/censoeadbr_-_2018/2019. Acesso em: 18 Ago 2020.
- COSTA, V. A. da. As demandas da formação de prática docente inclusiva sob a égide dos direitos humanos. IN: SILVA, Aínda Maria Monteiro. COSTA, Valdelúcia Alves da. (orgs). Educação Inclusiva e direitos humanos: perspectivas contemporâneas. São Paulo: Cortez, 2015.
- COSTOLDI, R.; POLINARSKI, C. A. Utilização de recursos didático-pedagógicos na motivação da aprendizagem. Simpósio internacional de ensino e tecnologia, v. 1, p. 684-69, 2009.
- FREIRE, P. Pedagogia do Oprimido. 50 ed. rev. e atual. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2011.
- GARCIA, T. C. M.; MORAIS, I. R.D.; ZAROS, L. G.; RÉGO, M. C. F. D. Ensino remoto emergencial: proposta de design para organização de aula [recurso eletrônico]. Natal: SEDIS/UFRN, 2020. 18p.
- GUAREZI, R. C. M.; MATOS, M. M. Educação a distância sem segredos. Curitiba: InterSaberes, 2012.
- STAINBACK, S. STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Trad. Magna França Lopes. Porto Alegre: Artmed, 1999. 456 p.
- MARCONI, M. A. de. LAKATOS, E. M. Técnicas de Pesquisa: planejamento e execução de pesquisa; amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análises e interpretação de dados. 5 ed. – São Paulo: Atlas, 2002.
- STAKE, R.E. Investigación com estudio de casos. 5 ed. Ediciones Morata, S. L. Madrid, 2010.